VIII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 18 a 20 de setembro de 2014
ISSN 1982-3657

QUANDO UNS NÃO SÃO MAIS IGUAIS QUE OS OUTROS: POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA.

Valéria Aparecida Bari [i]

Glêyse Santos Santana [ii]

Isabella Cristina Chagas Corrêa [iii]

Eixo Temático: 1. Educação e Políticas Públicas

Resumo

Este artigo discute o impacto das políticas públicas afirmativas e inclusivas no ensino público superior brasileiro, a partir da reestruturação do ensino superior no Brasil, ocorrida no ano de 2001. Debate sobre a relação entre a inclusão social e a competência informacional, na situação da universidade brasileira da atualidade, na qual as políticas públicas em âmbito federal geram e fomentam diversos programas voltados para grupos sociais anteriormente excluídos das vivências do ensino superior. Conclui que a igualdade de condições na situação da formação universitária deve se dar por meio da disponibilização de bens culturais, privilegiando as necessidades informacionais heterogêneas dos ingressantes, fixando como objetivos docentes a formação do perfil homogêneo de egressos e a consolidação das turmas universitárias de qualidade.

Palavras-chave: Ensino Superior Público Brasileiro; Inclusão Social no Brasil; Políticas Afirmativas no Brasil.

Abstract

This paper discusses the impact of affirmative and inclusive public policies in Brazilian public higher education, starting with the restructuring of higher education in Brazil in 2001. It debates the relationship between social inclusion and information literacy in the context of the current Brazilian public university, in which public policies at the federal level generate and promote various programs directed at social groups previously excluded from higher education experiences. It concludes that equality of conditions in university education should come about through the provision of cultural goods, focusing on heterogeneous information needs of entering students, setting as goals the formation of a homogeneous profile of university graduates and consolidation of quality student classes.

Keywords: Brazilian Public Higher Education; Social Inclusion in Brazil; Affirmative Policies in Brazil.

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, o ensino superior brasileiro passou por uma reformulação impactante, que divide opiniões entre seus maiores especialistas e atores sociais. Mediante as ações e programas afirmativos desenvolvidos desde o ano de 2001, grupos e segmentos sociais heterogêneos e não tradicionais tem ocupado as carteiras e cátedras universitárias.

Estas ações são caracterizadas mediante a recente evolução do conceito de cidadania, refletido em políticas públicas que são denominadas afirmativas ou inclusivas, que geraram ações sociais, promovendo rupturas em estruturas de poder viciadas pelo domínio econômico sobre os reais objetivos da academia brasileira. Muitas dessas ações foram desenvolvidas de forma paulatina, mas em sua maioria representaram medidas emergenciais, queimando importantes etapas. Com isso, muitos dos critérios qualitativos até então adotados na universidade pública também estão passando por uma revisão.

Sob este novo paradigma, a educação superior nos centros de excelência brasileiros deixou de privilegiar os indivíduos oriundos de famílias que podiam arcar economicamente com sua erudição, para privilegiar os talentos distribuídos em todos os segmentos e grupos sociais componentes da população brasileira. Desse modo, os beneficiados são heterogêneos em relação à formação do ensino médio, ou seja, não apresentam padrão, nível mínimo de erudição ou as habilidades necessárias ao acompanhamento inicial dos estudos superiores. No entanto, não podem ser privados do direito de estudar, uma vez que possuam as competências adequadas, segundo o critério de seleção que, desenvolvido pelos especialistas brasileiros, está muito melhor alinhado ao que se pratica nos países do primeiro mundo.

Assim, deixou-se de lado um certo romantismo heróico, que jogava nos ombros dos estudantes a responsabilidade pelo seu ingresso em nível superior no Brasil, colocando as condições sociais na equação e finalmente diferenciando as habilidades e competências da formação. Desta forma, considera-se que finalmente o Brasil fará a verdadeira prospecção dos talentos em sua população. Os candidatos deixam de ser "todos iguais, mas uns mais iguais que os outros"[iv], para serem contemplados com oportunidades iguais em sua heterogeneidade.

Porém, até que o ensino Básico, Fundamental e Médio estejam equanimente ajustados as necessidades informacionais, culturais e intelectuais da população brasileira, como será que os docentes de nível superior, sobretudo os pertencentes aos quadros do ensino superior público brasileiro, irão homogeneizar os discentes egressos de sua formação?
Esta é uma das preocupações que norteiam o problema social vislumbrado por este artigo. Num debate sobre os aspectos informacionais, culturais, intelectuais e históricos das universidades públicas brasileiras, as três pesquisadoras autoras desta comunicação científica confrontam teorias, opiniões e realidades, esperando contribuir com a reflexão sobre a "nova inteligência brasileira", que nascerá de uma prospecção intelectual

como nunca vista no Brasil.

INCLUSÃO SOCIAL E UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA NO SÉC. XXI: QUANDO A COISA PÚBLICA DEIXA DE TER OBJETIVOS PRIVADOS.

Os quadros profissionais das universidades públicas brasileiras enfrentaram toda a natureza de desafios administrativos, sociais e epistemológicos, na primeira década do séc. XXI, que tem se consolidado neste momento, quando nos aproximamos dos meados da segunda década. Isto porque, pela primeira vez, foram vividas as situações de inclusão social nestes ambientes.

Desencadeada pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[v], ocorreu a reestruturação do Ensino Superior no Brasil por decreto em 2001[vi], repercutindo mais rápido neste nível educacional que nos demais. Ambas as legislações alteram afirmativamente toda a questão de acesso ao ensino no país, demonstrando que a capacitação passa a ser de responsabilidade interna aos programas. Não se sabia, naquele início de século, quais seriam as repercussões desta modificação, como já se experimentou ao longo de quatorze anos de experiência docente. Mas, de antemão, os mais sérios educadores do ensino superior brasileiro já sabiam que, finalmente, poderiam ter para si os alunos com altas habilidades[vii] que até então haviam sido excluídos do sistema por motivos meramente econômicos.

As expectativas destes acadêmicos se confirmaram, à medida que a instituição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)[viii] viabilizou a avaliação do trabalho docente de homogeneização do ingressante heterogêneo, paulatinamente substituindo os critérios de ingresso por exame vestibular pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)[ix], criado no final dos anos 1990.

Mas, além dos estudantes com altas habilidades, as mudanças nos critérios igualmente aqueles que, sendo cidadãos brasileiros, haviam sido até então excluídos por fatores econômicos ou étnicos dos estudos superiores. Enquanto uma parte das políticas públicas visou a garantia da liberdade de ingresso dos estudantes em instituições públicas ou privadas, outras se voltaram para os segmentos excluídos da população, como ações indenizatórias. A política indenizatória ganhou contornos por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)[x], que beneficiou diretamente as nações africanas, para depois convergir para os afrodescendentes de nacionalidade brasileira.

Iniciando por políticas mais amplas, a exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (FIES)[xi] e o Programa Universidade para Todos (PROUNI)[xii], posteriormente as ações afirmativas o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)[xiii] procurou melhorar os quadros do ensino básico, fundamental e médio, disponibilizando a estrutura do ensino público superior. Posteriormente, o Plano de Reestruturação das Universidades Públicas Federais (REUNI)[xiv] buscou ampliar esta estrutura, que demonstrou ser insuficiente e assimétrica no território nacional. Todas estas medidas foram acompanhadas, ainda que de forma heterogênea, pela política de cotas socioeconômicas e étnicas[xv] de ingresso no ensino superior, que também estão transformando as universidades públicas federais em espaços de inclusão social representativos.

Uma vez comprovado pelo êxito destes quatorze anos de docência nas universidades públicas federais que poderia ser praticado um ensino compensatório, focado na homogeneidade dos egressos, torna-se necessário debater e sistematizar as situações vividas no ambiente acadêmico do ensino público superior, para que tal experiência represente uma evolução sem retrocesso no ensino superior brasileiro.

Nos primeiros momentos da inclusão, as questões relacionadas com os diferentes níveis de letramento e

familiaridade com linguagens e suportes midiáticos foram enfatizadas nos contextos de ensino superior, nos quais as formas de mediação dos docentes não correspondem à bagagem cultural discente. Posteriormente, a partir do ano de 2006, acrescentou-se o novo desafio da didática do ensino superior público no Brasil, referente à implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)[xvi]. O grande problema encontrado pelas Universidades Públicas e seus docentes foi a ausência ou precariedade dos caros equipamentos necessários a implantação desta modalidade de educação, assim como a precariedade dos sinais de satélite, implantação de cabos de transmissão, serviços de disponibilização de Internet, entre outros entraves tecnológicos relacionados. No entanto, paulatinamente estes problemas têm sido solucionados ou contornados, já que existe afinal a articulação entre interesses públicos e da comercialização destes serviços educacionais por instituições privadas.

Uma das descobertas trazidas pela experiência do ensino superior brasileiro, seja ela da modalidade presencial, semipresencial ou a distância, compartilhadas em debate pelas três pesquisadoras autoras desta comunicação científica, é a comprovação de que não há correspondência clara entre poder econômico e capacidade de aprendizagem, de modo que os efeitos da educação superior podem resultar em turmas egressas homogêneas, desde que cada indivíduo aprenda a trabalhar individualmente no desenvolvimento de suas habilidades de competências. O mais importante é fazer com que os discentes acreditem na educação superior e se disponham a desenvolver estratégias de estudo personalizadas, para homogeneizar seus níveis de conhecimento e competência informacional considerando o grupo que constitui sua turma acadêmica. Assim, outro dos conceitos que se clarificam na situação de inclusão social no ensino superior público é o de Turma[xvii], que, na prática, se constitui no conjunto de alunos egressos em determinado ano. Para o aluno em situação de inclusão, assim como para os docentes, deixa de ser importante o ano de ingresso, crescendo a importância do ano de formatura, pois será verificada a homogeneização do aluno em situação de inclusão apenas no momento de sua conclusão.

A inclusão também oportunizou o ingresso no ensino superior dos portadores de deficiências sensoriais, motoras e até mentais. Mas, jamais isso teria sido possível sem o apoio das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC), que potencializam todo o trabalho de acessividade do discente aos conteúdos e fontes de leitura e pesquisa, por meio da função denominada como tecnologia assistiva[xviii]. Assim, a própria universidade pública exerceu pressão mercadológica e oportunizou, no Brasil, o desenvolvimento de aplicações tecnológicas que permitem a assistência, o estudo, a produção intelectual e o didatismo de todos os brasileiros diferenciados. Então, como gentileza gera gentileza, inclusão gera inclusão.

Falar sobre inclusão sem leviandade requer o conhecimento sócio-histórico das relações humanas. Ou seja, a genealogia do conceito de inclusão está associada à própria concepção da ontologia do ser humano. O que parece uma obviedade nos dias de hoje, já foi assunto de profundos debates, onde instituições sociais paradigmáticas já contestaram a "humanidade das pessoas". Podemos discutir calmamente nos dias de hoje uma política de cotas étnicas, mas houveram momentos recentes da história mundial onde foi considerada científica a afirmação de que "uma gota de sangue" caracterizava a inferioridade de um ser humano em relação a outro e penalizava seus direitos sociais[xix].

Quando o docente vinculado à educação superior pública foi surpreendido por estas recentes e rápidas modificações no ingresso de seu alunado, certamente verificou que a universidade pública não possuía os equipamentos necessários a equiparação de suas turmas. Após quatorze anos e muitos investimentos, a situação ainda gera cuidados.

Ingressou no ensino superior um segmento privado de vivências que favoreceriam sua familiarização com o ambiente e natureza das atividades universitárias: indivíduos cuja família não possuía sequer um membro universitário nas gerações memorizadas, pessoas que nunca haviam entrado em uma Biblioteca Escolar ou Pública, estudantes que elegeram suas escolhas de curso superior sem jamais ter visto um profissional em atividade, membros de famílias cujo domínio lingüístico falado e escrito divergiu do protocolo verbal praticado no ambiente universitário.

A experiência foi se expandindo pelo país, sendo que o REUNI providenciou a abertura de um grande número de cursos, assim como financiou a interiorização de novos campi universitários federais por todo o país.

Por um lado, a diminuição das assimetrias regionais na oferta do ensino superior público auxiliou na preservação da estrutura familiar dos universitários. Atualmente, também se pode verificar que o processo se aprofundou, e os egressos da formação superior desejam permanecer em suas comunidades e lá exercer suas profissões ou docência e pesquisa. As pressões sociais dos novos universitários pela melhoria da qualidade de vida têm gerado inúmeras modificações sociais, quase todas elas refletindo-se em melhoras. Porém, estes novos atores sociais se expõem a toda sorte de poderes dos grupos hegemônicos locais e ao risco de violência[xx], como nunca se havia presenciado no Brasil posterior à queda da Ditadura Militar.

Por outro lado, a presente análise verifica muitas razões entre os que se posicionam opinando sobre a validade da inclusão, mas as práticas sociais levam a crer que muitos políticos, gestores públicos e os próprios acadêmicos também têm agido com paternalismo. Ou seja, não se está considerando a qualidade dos egressos, mas a vantagem para as famílias que será barganhada por poder político e social. O paternalismo é tão prejudicial à inclusão quanto à segregação, pois considera que sempre será improvável que o diferente cumpra as funções sociais de uma pessoa considerada semelhante ao modelo social constituído. Porém, mesmo que isso não seja possível, mesmo que o diferente apresente uma incapacidade que inviabilize sua participação social, nunca deve ser vetado seu direito a uma ou várias tentativas de fazê-lo.

Assim, na disputa entre a inclusão e o paternalismo, a figura da Turma[xxi] reaparece como a diferenciação entre aqueles que foram plenamente capacitados pela formação superior, daqueles que tendo vivido a experiência não obtiveram a homogeneidade de formação necessária à completude de sua educação superior. Inclusive, quando a Turma se apresentar fracamente influente no mercado de trabalho e na produção científica, representará o resultado de medidas paternalistas na instituição dos egressos. Mas, principalmente, a universidade pública da atualidade tem a oportunidade de estender sua atuação à vida de seu egresso, que passa a ser mais importante do que a vida pregressa (alvo de verificação do sistema tradicional de ingresso ao ensino superior no Brasil).

As TIC propiciam a formação de redes sociais que, na atualidade da universidade brasileira, se tornaram espaços para a instalação do Colégio Invisível[xxii] já apregoado na literatura especializada como espaço dialógico entre a teoria, a prática e a excelência. Mas, na situação de inclusão da universidade pública brasileira, as TIC representam igualmente o espaço de familiarização com a interlocução e o diálogo, entre grupos sociais antes condenados ao silêncio. Os cientistas sociais falam em "Sociedade Informacional", simbolizando o fim da Sociedade Industrial, com as profundas modificações no modo de vida que isso pode acarretar. Tem-se, por exemplo, a modificação do conceito de emprego, de consumo, de comunicação, tudo determinado pelo advento das tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais afirmativas apresentaram-se como uma questão "explosiva" à academia, já que as preocupações com a qualidade e a capacitação do aluno ingressante são transferidas para a instituição superior, o que implica em modificações que se estendem desde os seus critérios de seleção, até a evolução das práticas de ensino e pesquisa, para um contexto de preocupação individual na formação do egresso. Ou seja, há que se preparar homogeneamente um grupo ingressante heterogêneo, que terá de agregar um conjunto de habilidades e competências que os preparem igualmente para as vivências sociais posteriores à graduação ou pós-graduação.

A comunidade acadêmica das universidades públicas já tem definido que a cultura superior se encontra, em sua grande parte, explicitada, registrada e armazenada nas diferentes linguagens bibliográficas. Desta forma, há que se presumir que a Competência Informacional, na situação universitária, necessariamente seja

precedida da situação de letramento. Este, por sua vez, tem como mínimos pressupostos a familiarização com a leitura, a repetição, a formação de hábitos e a obtenção do prazer, obtidos apenas pela inserção social dos ambientes leitores no cotidiano do leitor novato.

A situação controversa da inclusão no ensino superior é exatamente a da inexistência de estruturas sociais que caracterizem os ambientes de leitura desde a infância, como as bibliotecas familiares, escolares, públicas, comunitárias e associativas, que estão disponíveis apenas para determinados grupos sociais. Exatamente os mesmos grupos e segmentos que até então ocuparam as cadeiras das melhores universidades e cursos superiores de maior *status* social do país, nas universidades públicas, fazendo das mesmas espaços privilegiados de formação.

A competência informacional também passa pelo advento das tecnologias assistivas, pois até recentemente o estudo e a pesquisa eram inviabilizados pela escassez de obras bibliográficas em suportes amigáveis aos portadores de necessidades especiais. A Biblioteca Universitária, nessa nova situação de inclusão, agrega para si a responsabilidade atual do desenvolvimento da Competência Informacional, sem que lhe fosse anteriormente garantida à condição material e as qualidades inerentes ao acervo, que deve incorporar as funções de lazer cultural e a formação continuada, além das práticas de pesquisa e aprendizagem superior.

Como recomendações advindas dessa problematização, os profissionais da Informação (Bibliotecários, Documentaristas, Cientistas da Informação, Arquivologistas, Analistas de Sistemas, Historiadores, entre outros) assim como os Docentes, em suas práticas de ensino e pesquisa, devem se preocupar fortemente em estabelecer vínculos emocionais entre os estudantes e a leitura, pois são elementos imprescindíveis na formação de hábitos e gostos leitores. Uma boa forma de fazê-lo é apresentar as obras de forma integral, propagando suas qualidades literárias, independentemente dos objetivos pragmáticos buscados pelo grupo por meio da leitura universitária.

Também se torna imprescindível o envolvimento e a aproximação dos docentes e dos profissionais da Informação, por meio de iniciativas de diálogo informal, ou até mesmo da formação de comitês de Biblioteca Universitária, versando sobre as diferentes áreas do conhecimento.

Para completar o raciocínio sobre a Competência Informacional, é importante afirmar que todo esse esforço não pode ser encarado como uma mera outorga de oportunidades para "os menos favorecidos", pois uma pessoa que tenha crescido em um meio carente e adverso pode possuir um talento único, inigualável, cujo desperdício atrasa o desenvolvimento do país. Portanto, promover a inclusão universitária adequadamente é uma oportunidade de crescimento real da intelectualidade brasileira e da formação de discursos sociais transversos e diferenciados, por meio da prospecção de potenciais intelectuais antes desperdiçados.

REFERÊNCIAS

BARI, Valéria Aparecida. A inclusão social e a competência informacional: uma situação universitária. In: **Interdisciplinar**: Revista de Estudos em Língua e Literatura. , v.11, p.343 - 360, 2010. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2010.
Disponível em:
<http://
www.
posgrap.ufs.br
/periodicos/interdisciplinar/index.htm
>. Acesso em 16/06/2014.

BARI, Valéria Aparecida. A relação entre a inclusão social na universidade brasileira e o desenvolvimento da

competência informacional: implicações no campo teórico da ciência da informação e na prática de seus agentes sociais. In: XI ENANCIB -- Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação da ANCIB, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2010.

BRASIL, Congresso Nacional. **Normas de Cerimonial Público e a ordem geral de precedência**. (Decreto nº 70.274/1972). Brasília: Casa Civil, 1972.
Disponível em:
<https://www.
presidencia.gov.br
/ccivil/decreto/d70274.htm
>. Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Cotas de ingresso nas Universidades Federais e Instituições Superiores de Ensino Federais**. (Lei nº 12.711/2012). Brasília: Casa Civil, 2012.
Disponível em:
< http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Ensino Superior no Brasil.** (Decreto nº 3860/2001). Brasília: Casa Civil, 2001.
Disponível em:
< http://
portal.inep.gov.br
/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Exame Nacional do Ensino Médio.** (ENEM). (Decreto nº 438/1998). Brasília: Casa Civil, 1998.
Disponível em:
<www.
crmariocovas.sp.gov.br
/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf
>. Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.** (FIES). (Lei nº 10.260/2001). Brasília: Casa Civil, 2001.
Disponível em:
< http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm
> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades** (REUNI). (Decreto nº 6096/2007). Brasília: Casa Civil, 2007.
Disponível em:
<http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm
> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Programa Institucional de Bolsa de Apoio à Docência** (PIBID). (Decreto nº

7219/2010). Brasília: Casa Civil, 2007.
Disponível em:
< http://
www.
lexml.gov.br
/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2010-06-24;7219> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Programa Universidade Para Todos.** (PROUNI). (Lei nº 11.096/2005). Brasília: Casa Civil, 2005.
Disponível em:
< http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm
> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (**PROMISAES). (Decreto nº 4875/2003). Brasília: Casa Civil, 2003.
Disponível em:
<http://
portal.mec.gov.br
/index.php
?
Itemid=545&id=12284&option=com_content&view=article> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (SINAES).** (Lei nº 10.861/2004). Brasília: Casa Civil, 2004.
Disponível em:
< http://
portal.inep.gov.br
/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas> Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (**Lei n.º 9.394/1996). Brasília: Casa Civil, 1996.
Disponível em:
< http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/leis/l9394.htm
> . Acesso em 16/06/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Universidade Aberta do Brasil.** (UAB). (Decreto nº 5800/2006). Brasília: Casa Civil, 2006.
Disponível em:
< WWW.planalto.gov.br
/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm
> Acesso em 16/06/2014.

INSTITUTO Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI). **Mapa de Ações Afirmativas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em < http://
www.
inctinclusao.com
.br

/acoes-afirmativas/mapa> . Acesso em 16/06/2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Lucia Vera da. **Competências em informação dos estudantes de graduação para a elaboração dos trabalhos acadêmicos:** a contribuição das bibliotecas universitárias da UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009. (Dissertação de Mestrado, Ciência da Informação)

NOTAS

---

[i] Nascida em 28 de janeiro de 1966, brasileira, paulistana, casada desde 1993. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo (1990). Defendeu a dissertação de mestrado "Por uma epistemologia da Educomunicação" em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002) e a tese de doutorado "O potencial das Histórias em Quadrinhos na formação de leitores" em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2008). Ingressou como Professora Adjunta na UFS em abril de 2009. Atualmente, é a Vice-Diretora do CCSA/UFS Endereço para acessar o Currículo Lattes de Valéria Aparecida Bari: <http://
lattes.cnpq.br
/0106962520738975>. Endereço para acessar a tese de doutorado de Valéria Aparecida Bari: <http://
www.
teses.usp.br
/teses/disponiveis/27/27151/tde-27042009-121512/> . Email: <valbari@gmail.com
>.

[ii] Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Especialista em Ciências da Religião UFS (2007). Mestra em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Sociologia UFS (2009- 2011). Professora do Núcleo de Ciência da Informação (NUCI) da UFS. Professora do Curso de Formação do CESAD - SE. Endereço para acessar o Currículo Lattes de Glêyse Santos Santana: < http://
lattes.cnpq.br
/1337213092549885> . Endereço para acessar a dissertação de mestrado de Glêyse Santos Santana: <http://
bdtd.ufs.br
/tde_busca/arquivo.php
?
codArquivo=647> . Email: <gleysesfpe@gmail.com
>

[iii] Graduada em História/Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2004). Especialista em Educação e Patrimônio Cultural em Sergipe/ Faculdade Atlântico (2009). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS (2011 – 2013). Professora da Rede Estadual de Educação de Sergipe – SEED/SE. Email: <bellisca@hotmail.com
>

[iv] A frase refere-se a obra literária de George Orwell, intitulada "A revolução dos bichos", na qual sete princípios de igualdade são substituídos por um único princípio: "Todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais que os outros".

[v] As Novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituídas pela chamada Lei Darcy Ribeiro, nº 9394/1996, foram alvo de grandes controvérsias. Isto por que havia um projeto em trâmite desde os anos 1980, redigido por docentes, mas o projeto aprovado foi o de indicação do então Deputado Darcy Ribeiro.

[vi] A reestruturação do ensino superior no Brasil se deu por meio do Decreto nº 3860/2001. Criou novos

tipos de instituição superior, instituiu a modalidade distancial e sinalizou novas formas de verificação qualitativa e as ações afirmativas.

[vii] [vii] Pessoas com altas habilidades, os chamados superdotados, têm incidência de 2% da população humana. Se um país não apresenta pelo menos 1% destes indivíduos no ensino superior, como ocorria no Brasil até o final dos anos 1990, isto serve como indicador de uma educação extremamente excludente.

[viii] O **Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior** (SINAES), implantado pela Lei nº 10.861/2004, entre suas medidas de qualificação do ensino superior no Brasil institui o **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Ensino Superior** (ENADE), o que significa uma valorização ao trabalho dos docentes superiores na qualificação dos cursos, independente do nível educacional inicial dos ingressantes.

[ix] O **Exame Nacional do Ensino Médio** (ENEM), criado pelo Decreto nº438/1998, visa o fornecimento de indicadores para o ingresso em nível superior, por meio de verificação das habilidades e competências do indivíduo examinado, viabilizando a verificação da capacidade de desempenho, mesmo em situação de privação de programas escolares e recursos adequados ao desenvolvimento da erudição. Inclusive, indivíduos com altas habilidades (superdotados) são favorecidos no ingresso ao nível superior, já que a aprovação no ENEM substitui a necessidade da comprovação da conclusão do nível médio convencional.

[x] O **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior** (PROMISAES), instituído pelo Decreto nº 4875/2003, pretende fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O programa oferece apoio financeiro (no valor de um salário mínimo mensal) para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior.

[xi] O **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior** (FIES), instituído pela Lei 10.260/2001, tem por objetivo financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação. Para candidatar-se ao Fies, os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições pagas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos avaliativos do MEC.

[xii] O **Programa Universidade para Todos** (PROUNI) foi instituído pela Lei nº 11.096/2005. Sua finalidade é conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior. As instituições de ensino superior que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

[xiii] O **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência** (PIBID), instituído pelo Decreto nº 7219/2010, oferece bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam a trabalhar no magistério da rede pública de ensino. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

[xiv] O **Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6096/2007, tem por objetivo integrar todas as universidades federais a uma hierarquia única de administração, além da ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

[xv] Internacionalmente, as políticas que instituem **cotas** de ingresso no ensino superior representam uma ação afirmativa que visa a inclusão de um grupo social desfavorecido. No Brasil, instituídas pela Lei 12.711/2012, as principais **cotas de ingresso** são: Étnicas (também chamadas Raciais) e Socioeconômicas.

[xvi] A **Universidade Aberta do Brasil** (UAB) instituída pelo Decreto 5.800/2006, teve a finalidade de consolidar o ensino de modalidade distancial nas universidades pública brasileiras, já que o mesmo se difundiu e demonstrou efetividade entre o ensino superior privado.

[xvii] Turma universitária refere-se ao grupo de discentes que, tendo cumprido com êxito todos os componentes curriculares de um curso, concluem seus estudos superiores por meio de uma Colação de Grau, em cerimônia universitária específica, regida pelo Decreto nº 70.274/1972.

[xviii] Conforme conceito proposto pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: "Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (Ata da Reunião VII, SDH/PR, 2007).

[xix] A ***One-drop rule*** ("regra de uma gota", em Inglês) é um princípio racista que foi utilizado para instituir regras de conduta social e legislação em diversas regiões dos Estados Unidos da América. De acordo com ela, qualquer pessoa que tivesse algum grau de ancestralidade africana (ou seja, uma única gota de sangue) era considerada "da raça negra" e juridicamente inferior (até a década de 1960). Este princípio foi derivado das pesquisas sobre Eugenia, fomentadas e difundidas pela Fundação Rockfeller em todos os continentes, no período entreguerras (1918-1939), também servindo de base "científica" para o Holocausto.

[xx] Temos, como exemplo mais recente, a explosão de violência no Município de Laranjeiras/SE, localidade de interiorização dos campi da Universidade Federal de Sergipe, em junho de 2014, onde traficantes e quadrilhas de bandidos se uniram para expulsar turmas estudantis que reivindicam melhores condições de vida para a população.

[xxi] Turma universitária refere-se ao grupo de discentes que, tendo cumprido com êxito todos os componentes curriculares de um curso, concluem seus estudos superiores por meio de uma Colação de Grau, em cerimônia universitária específica, regida pelo Decreto nº 70.274/1972.

[xxii] A expressão "Colégio Invisível" foi criada pelo pesquisador Robert Boyle para designar um grupo de interesse formado por docentes e pesquisadores, que não precisam estar no mesmo lugar, nem vinculados às mesmas instituições, atividades, nacionalidades ou outros aspectos sociais vinculantes, apenas sob a exceção de um mesmo interesse científico, que pode ser um objeto ou fenômeno social sobre o qual todos estão debruçados, compartilhando estudos, ideias, constatações e trabalhos. Sob estas bases, se estruturam os atuais "Colégios Virtuais" nas redes sociais.